

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO RURAL:

Um estudo de caso na Associação das Colônias

**Alcione Lino de Araújo<sup>1</sup>**

Instituto Federal do Maranhão – IFMA – Campus Santa Inês  
alcionelino@ifma.edu.br

**Plínio Gonçalves Fahd<sup>2</sup>**

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – Campus Bacabal  
fahd@terra.com

### Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a economia solidária e os desafios do empreendedorismo feminino rural na Associação das Colônias. A escolha de uma amostra feminina deve-se, essencialmente, ao fato de que a inserção da mulher no sistema produtivo constitui um fator privilegiado de análise das transformações que vêm ocorrendo com o feminino na modernidade. Esse estudo tem como objetivo avaliar discussões teóricas para uma breve reflexão sobre questões que permeiam o tema empreendedorismo feminino e os desafios que o cercam, sendo estes, a economia solidária e o *e-commerce*, almejando articular a influência que um exerce sobre o outro diante do cenário do empreendedorismo atual. A coleta de dados deu-se por meio da análise observação *in loco*, onde se teve acesso aos dados referentes ao Projeto Cozinha Comunitária. Como resultado verificou-se que, a partir do trabalho na Associação das Colônias as mulheres estabeleceram relações importantes entre elas, levando à sua visibilidade e identidade, por meio da profissionalização e consequente melhoria da qualidade de vida por meio de conquistas materiais. Isso promoveu sua inserção no espaço público, extrapolando o espaço privado. Ressalta-se também a importância do incentivo e produção de produtos regionais, trazendo resultados não mensuráveis de imediato, como geração de riqueza e desenvolvimento tecnológico. As fragilidades e os desafios destacados estão associadas à falta de planejamento estratégico e do conhecimento de ferramentas básicas de gestão e economia, ainda sem autonomia para gerenciar o processo completo e desconhecimento da margem de lucro e ponto de equilíbrio.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Empreendedorismo Rural. Mulheres. Produção.

### SOLIDARITY ECONOMY AND THE CHALLENGES OF RURAL FEMALE ENTREPRENEURSHIP

A case study in the Association of Colonies

### Abstract

This research aims to analyze the solidarity economy and the challenges of rural female entrepreneurship in the Association of Colonies. The choice of a female sample is essentially due to the fact that the insertion of women in the productive system constitutes a privileged factor in the analysis of the transformations that have been taking place with the feminine in modernity. This study aims to evaluate theoretical discussions for a brief reflection on issues that permeate the theme of female entrepreneurship and the challenges that surround it, namely, the solidarity economy and e-commerce, aiming to articulate the influence that one exerts on the other in the face of the current entrepreneurship scenario. Data collection took place through *in loco* observation analysis, which provided accessibility to data referring to the Community Kitchen Project. As a result, it was found that, from the work in the Associação das Colônias, women established important relationships between them, leading to their visibility and identity, through professionalization and consequent improvement of the quality of life through material achievements. This promoted its insertion in the public space, extrapolating the private space. The importance of encouraging and producing regional products is also highlighted, bringing results that are not immediately measurable, such as the generation of wealth and technological development. The weaknesses and challenges highlighted are associated with the lack of strategic planning and knowledge of basic management and economic tools, still without autonomy to manage the complete process and lack of knowledge of the profit margin and break-even point.

**Keywords:** Solidarity economy. Rural Entrepreneurship. Women. Production.

<sup>1</sup> Pós-doutorado, Doutorado e Mestrado em Engenharia da Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Ponta Grossa.

<sup>2</sup> Mestrando em Administração e Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School em São Luís - MA



## 1 INTRODUÇÃO

O termo empreendedorismo está associado ao indivíduo detectar oportunidades, buscar aprimoramento, administração e coordenação de uma situação ou um negócio. No Brasil este termo foi apregoado na década de 1990 com o propósito de criar pequenos negócios mais duradouros, numa tentativa de diminuição das taxas de mortalidade no ambiente de trabalho.

A mulher acaba por se envolver com questões empreendedoras por profusos motivos, sendo eles: necessidade, sonho, busca de novas experiências, entre tantos outros. Sendo que o empreendedorismo não vem acompanhado, rodeado somente de necessidades e desejos, mas também de diversos fatores que englobam as necessidades da mulher empreendedora e podem vir a trazer desafios e obstáculos para ela, que trata de um conjunto de atividades econômicas que exige do empreendedor a autogestão, realçando na diminuição da desigualdade financeira e exploração do trabalho de seus colaboradores, é um dos caminhos que leva a mulher a se envolver com o empreendedorismo. Assim, a autogestão, igualdade, responsabilidade social, sustentabilidade, participação e democracia, são termos intimamente relacionados a este modelo de economia, que almeja também a promoção da inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Como auxiliar deste retrato econômico vê-se também o *e-commerce*, serviço este que se resume em vendas *online*, ou seja, vendas que não exijam um ambiente físico para que aconteçam e as transações que são efetuadas no ambiente virtual, auxiliando no processo de venda e marketing das empresas.

Através destes estímulos propostos pela economia solidária e do *e-commerce* para o ambiente empreendedor, nota-se que a mulher empreendedora está inserida em um cenário onde é exigido atualização constante em sua área de conhecimento e da expansão de seu mercado para além do físico e desafios que envolvem suas questões pessoais, sociais e familiares.

O presente artigo tem como objetivo analisar a economia solidária e os desafios do empreendedorismo feminino rural na Associação das Colônias sobre questões que permeiam o tema, almejando articular a influência que um exerce sobre o outro diante do cenário do empreendedorismo atual.

## 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas que se baseiam em um regime da autogestão do empreendedor, onde a expressão de seu serviço se dá por meio da redução da desigualdade econômica e a não exploração do trabalhador, ou seja, almeja-se a igualdade de seus membros, focando no desenvolvimento econômico. Este modelo é descrito por Singer (2008) que esclarece a economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles, favorecendo e incentivando a autonomia e autogestão. Percebendo-se a complexidade deste tema e o desafio que se impõe como prática concreta, onde a questão da liderança não deve assumir um papel secundário na incubação.

A autogestão, igualdade, responsabilidade social, sustentabilidade, participação e democracia são termos que se correlacionam com a economia solidária de forma íntima e direta, podendo promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural. Santos e Carneiro (2008, p. 8) apresentam que a “economia solidária ganha força e se expande motivada por agentes externos como Organizações da Sociedade Civil (ONG’s), igrejas, incubadoras universitárias e movimentos sociais que atuam no campo e na cidade.

Nos dias atuais, o alto índice de desemprego, precarização do trabalho e também o pouco estudo formal de pessoas que vivem em condição de pobreza, seja rural ou urbana, acabam influenciando os indivíduos a desempenharem atividades informais com características em comum, que podem se manifestar como associações, cooperativas, prestação de serviço, comércio justo, trocas e consumo solidário, para a captação de recursos financeiros, com uma gestão feita de maneira coletiva e divisão dos resultados; ou seja, essa construção teórica vai além da colocação do indivíduo no mercado de trabalho e pode vir a ser uma forma da concretização de um trabalho solidário, o que atinge a vida e a subjetividade deste trabalhador. E é por isso que a economia solidária ganha sua forma democrática e solidária. Esta economia também se conecta a uma rede de produção; comercialização; consumo; prestação de serviço e crédito; voltada para empreendedores solidários de forma democrática, diferenciando-se da alienação no trabalho, uma particularidade básica das empresas capitalistas.

Este modelo de economia contrapõe-se à economia capitalista, onde, de acordo com Singer (2001), o modelo é conduzido pelo princípio da competitividade tanto dentro quanto fora da empresa, sendo esta competição essencial para sua sustentação e preservação, ou seja, manter o equilíbrio entre oferta e procura preservando a competição livre.

Já para Catani (2011) o capitalismo detém, conserva como ideia principal a extrema valorização do trabalho na busca da salvação individual com a criação de riquezas pelo trabalho e poupança. O autor acrescenta que o capitalismo não é somente uma produção sistemática de mercadorias, mas também um sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria.

A contradição marca de forma significativa o colaborador, tendo em vista que a competitividade pode vir a ser destruidora em vários ambientes de trabalho e, dentro do sistema capitalista, é vista como a principal forma de movimentação de uma empresa. Tal medida pode gerar no indivíduo uma necessidade de busca por alternativas para a preservação de sua saúde mental, onde entraria um sistema mais colaborativo, como apresentado por Singer (2002, p.4);

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados.

Diante da visão de Singer (2002), citada, a economia capitalista é centrada única e exclusiva na produção de bens, envolvendo competitividade para o alcance de suas metas, ou seja, o proletariado compete em seu ambiente de trabalho para gerar lucro e acumulação de riquezas para os donos das empresas. Já dentro do modelo da economia solidária não está presente este antagonismo, pois este nutre como base de seus princípios a reciprocidade e laços sociais que se interligam e apresentam-se como foco deste modelo econômico, retirando a concorrência de seu foco primordial, fazendo com que seja mantido um sistema de equidade. Assim sendo, a economia solidária foi concebida por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes do espargimento «desregulamentado» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX.

De acordo com Silva (2018), o conceito “economia social” foi introduzido na Europa no século XX, esta expressão representa o envolvimento de atividades econômicas e não econômicas, como atividades desenvolvidas por cooperativas de trabalhadores e trabalhos voluntários, respectivamente. O autor completa que já no cenário latino-americano, tal expressão se aproxima de uma “economia popular”, ou seja, uma economia marcada pelo trabalho informal com práticas coletivas populares.

Na visão de Silva (2015, p. 3) este modelo de economia teve força no ano de 1980 devido a debates que surgiram diante da globalização. A igreja com os movimentos sociais dá

início a uma nova forma de trabalho procurando uma geração nova de renda de forma associativa/cooperativa; ou seja,

nos anos 90 no movimento da economia solidária inicia-se o debate teórico sobre o lugar que ocupa, as práticas, a dimensão, os limites e as possibilidades, a institucionalização começa a fazer parte dos espaços de troca, a questão mais simples é que a institucionalização é necessária para legitimar a prática e reconhecê-la, por outro lado, poderia gerar uma perda da autonomia dos movimentos e instituições frente ao mercado.

A economia solidária é oficializada no governo Lula (2003 - 2011), quando foi criada, no ano de 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de fortalecer e divulgar a economia solidária para fomentar a geração de trabalho e renda através de uma diferente organização de trabalho, focando sempre na tentativa da diminuição da desigualdade de políticas neoliberais (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

A criação desta Secretaria declarou o avanço na consolidação de uma política federal de apoio a um novo sistema econômico que toma como base o princípio da autogestão. Distanciando também este modelo econômico da marginalização e buscando reconhecimento do público e do poder legislativo.

Godoy (2008) agrega que a SENAES, junto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realiza o mapeamento dos empreendimentos solidários em todo Brasil. O FBES possui mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, abrangendo mais de 3 mil empreendimentos solidários, assessorias, governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. A sua essência é articular e dialogar entre diversos movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil; sendo assim, Silva (2005, p. 8) difunde que:

Após a efetivação da SENAES o FBES passou a ter a função de dialogar as demandas dos agentes da economia solidária para a secretaria. As políticas públicas são formuladas pela SENAES no âmbito de atender as demandas dos agentes da economia solidária, que são pensadas coletivamente, de acordo com a estrutura do FBES que preza pela participação de todos e todas no processo de formulação, desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas públicas dessa especificidade.

No ano de 2004 foi organizada a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária com o apoio institucional da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ, que reuniu gestores de todos os níveis do governo com o propósito de buscar implantar políticas públicas voltadas para a economia solidária em diferentes estados brasileiros, tendo como cerne a atuação do combate efetivo às causas da pobreza e realizar a promoção e o desenvolvimento social.

De acordo com Leite (2009) a partir deste momento que foi possível notar como que a economia solidária começou a ganhar evidência no Brasil, pois neste ciclo ela foi descortada, expandida como sendo uma política de desenvolvimento voltada para um público socialmente excluído, demandando ações que se articulam com áreas governamentais como educação e saúde. Para Schwengber e Guimarães (2004, p. 1) é indispensável compreender a importância do Estado nesta participação:

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

O progresso da economia solidária une dois movimentos, no qual de um lado há o surgimento de um excedente de mão de obra e do outro lado um agrupamento composto por um conjunto de militantes sociais críticos que buscam alternativas de organização social e laboral no Brasil (POCHMANN, 2004). Com isso, nota-se que a economia solidária é representada por múltiplas ideologias, ou seja;

É um setor que tem ficado invisível para o Estado e suas políticas. O Estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas que não enxergam outras estratégias econômicas e que não funcionem nesta mesma lógica. Portanto, a economia dos setores populares, arquitetada sobre outras bases, é vista como residual, subordinada e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, é uma economia que tem se difundido apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência (SCHWENGBER e GUIMARÃES, 2004, p.1).

Assim sendo, percebe-se que empreendedorismo social<sup>3</sup> ganha destaque frente à crise do sistema capitalista que tem como principal consequência altos índices na taxa de desemprego e o fechamento de empresas, fazendo com que a classe trabalhadora tome iniciativas de autogerenciamento para poder se reinventar diante do fenômeno do desemprego.

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou

---

<sup>3</sup> Empreendedorismo Social é um conceito que possibilita a construção de negócios cujo maior impacto são melhorias na sociedade; promovendo soluções que geram mudanças na realidade de pessoas e/ou comunidades vulneráveis (SINGER, 2002).

economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular (LECHAT, 2002, p.10).

Assim, observa-se que no Brasil este modelo de economia solidária traz como problemáticas questões diretamente correlacionadas a premissas sobre desemprego e desigualdades sociais. Silva (2015) evidencia que a socialização das experiências voltadas para este campo econômico fomenta ideias que buscam sanar demandas que incidem nos empreendimentos e realiza a troca para racionalizar a melhor forma de paralelismo de conflitos. É notória a busca de sistematizar, avaliar, pensar teoricamente e criticamente a prática. É reivindicado também mais investimento e atuação do governo na economia solidária e na sua dinâmica, como um importante meio para inclusão social, onde a conduta, a ação do movimento se dão por abranger, avaliar e colocar implementações do que está concretizado e propor preceitos de acordo com as demandas para serem discutidas no FBES. Estudiosos identificaram que desde os anos de 1980, quando das crises do trabalho assalariado, surgiu uma série de movimentos iniciados por trabalhadores que perderam empregos, que possuíam dificuldade de estar novamente no mercado de trabalho e até mesmo emprendiam de forma informal, esses movimentos centraram-se na formação de cooperativas e de produções de associações de trabalhadores, que buscaram experiências com as quais a economia solidária proporciona (LEITE, 2009). A propagação e o enraizamento da economia solidária no Brasil vêm esculpindo, ajustando a sociedade nos níveis social e econômico. Este meio está centrado no desenvolvimento de movimentos cooperativistas de trabalho e de produção de associações de trabalhadores que possuem o interesse de evoluir no sistema que esta economia possibilita, favorece, como a autogestão, equidade, inclusão, entre outros.

35

## 2.1 EMPREENDEDORISMO RURAL FEMININO

De acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 1,) “os brasileiros são vistos por diversos autores como potenciais empreendedores. A cultura do Brasil é de empreendedor espontâneo. Este está onipresente. Ele só precisa de estímulo, como uma flor precisa do sol e um pouco de água para brilhar na primavera”.

A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) que desenvolve projetos de pesquisa sobre empreendedorismo no mundo todo, comprova, atesta que, na população brasileira, o empreendedorismo vem crescendo. Em 2019, a taxa de empreendedorismo total no Brasil foi de 38,7%, um pouco acima do ano anterior, expressando o quanto o empreendedorismo é

presente e sentido no cotidiano de grande parte dos brasileiros; são quase 40% da população adulta, entre 18 e 64 anos, envolvidos com alguma atividade empreendedora (GEM, 2019).

O empreendedorismo pode ser delineado como um processo no qual um indivíduo detecta uma oportunidade, busca inovação, aprimoramento, administração e coordenação de uma situação ou um negócio. De acordo com Dornelas (2008) este arquetipo já era um termo utilizado há anos nos Estados Unidos, como *entrepreneurship*, e foi difundido no Brasil no final da década de 1990 com a deligência de criar pequenas empresas duradouras e a necessidade da atenuação das altas taxas de mortalidade existente no ambiente de trabalho, tendo sua popularização primeiramente por parte do governo e entidades de classe. Bessant e Tidd (2009, p. 61) acrescenta como definição:

O empreendedor: busca, apaixonadamente, identificar novas oportunidades, e formas de lucrar com a mudança e a ruptura. Busca as oportunidades com disciplina e concentra-se em número limitado de projetos, em vez de indiscriminadamente, correr atrás de toda e qualquer oportunidade. Mobiliza e incentiva as redes de relacionamentos, explorando o reconhecimento e os recursos de outros, enquanto os ajuda a alcançar seus próprios objetivos.

Nota-se que o empreendedorismo não foi inicialmente acessível as mulheres e pessoas de classe mais baixa, um quadro que atualmente vê-se completamente diferente.

O movimento empreendedorista é crescente, diante da situação de precarização do trabalho e do aumento do desemprego, muitas pessoas acabam preferindo empreender como forma de aumentar a renda, ou mesmo como renda principal, e entre as mulheres não é diferente. Deste modo, com a Revolução Industrial, durante o século XVIII, surge um novo contexto econômico com o crescimento das fábricas e a necessidade de mais mão de obra, sendo o trabalho feminino desvalorizado desde àquela época, recebendo salários menores do que os dos homens, fica claro o interesse pela mão de obra feminina. Antes deste momento, as atividades da mulher no mercado de trabalho limitavam-se às funções domésticas, sendo estas, cuidar do lar, crianças e marido, tendo em vista o homem como provedor principal.

No cenário, na perspectiva em que se vive hoje é possível ver as mulheres, cada vez mais, imperando o cenário do mercado de trabalho; segundo Natividade (2009) a participação feminina no macrocosmo da economia vem aumentando significativamente sua participação empreendedora, cuja ação não necessariamente vincula-se a uma atividade profissional formalizada e até mesmo com pouca ou nenhuma orientação de gestão.

A mulher se insere no meio empreendedor por diversos motivos, sendo para realizar um sonho; demanda e/ou necessidade; busca de novas atividades; entre outros. E é no empreendimento que a mulher encontra espaço e força na sociedade; até mesmo enfrentando desafios e preconceitos, mas, trazendo empoderamento a si mesma e produzindo mais

destaque diante de lutas feministas, principalmente diante do cenário do mercado de trabalho, onde ainda se vê homens ganhando mais que mulheres em mesmas funções desempenhadas.

A partir dos anos 90 começam a ser feitos estudos sobre empreendedorismo feminino no Brasil. Chega à conclusão de que os estudos sobre empreendedorismo feminino no Brasil tiveram o predomínio de abordagens interpretativas, e que existem diversos aspectos da ação empreendedora. Destacando a percepção do exercício do papel empreendedor e sua importância, dificuldades enfrentadas, resultados obtidos, e a presença de conflito relacionados aos múltiplos papéis desempenhados pelas empreendedoras, no trabalho, na família e no lar (GIMENEZ; FERREIRA; RAMOS, 2017).

Com relação ao empreendedorismo rural feminino no Brasil, os trabalhos são mais escassos. Isto se deve naturalmente ao difícil acesso as informações de dados sobre as mulheres empreendedoras no meio rural e por estas representarem um pequeno número no campo. De acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), estima-se que no Brasil tem cerca de 4,4 milhões de produtores rurais, e as mulheres representam apenas 15% desse total, as quais moram e trabalham no campo (SEBRAE, 2018).

Embora a quantidade de mulheres empreendedoras no campo, seja muito inferior, quando comparada ao sexo masculino, os dados exibem que elas vêm ganhando espaço em cargos de comando no campo. Saindo de 10% em 2003 para 30% dos cargos em propriedades rurais em 2018, e que uma em cada quatro destas tem nível superior, superando os homens que é um em cada cinco (GAVRAS, 2018).

Dentro desta circunstância, Ferreira e Nogueira (2013) enfatizam que, as mulheres têm características distintas do que os dos homens em relação ao empreendedorismo. No universo feminino não tem como separar seus papéis dentro da sociedade, mãe, esposa e mulher; nota-se que prepondera na sociedade brasileira uma visão natural dos gêneros e ser mulher demonstra condição biológica e não social. Mas, a realidade é que a empreendedora feminina é um ser social, modificada subjetivamente pelo meio que vive, trabalha e a cultura onde é inserida.

Historicamente as mulheres só surgiam, adentraam no mundo dos negócios rurais com o falecimento do patriarca da família, quando não havia uma alternativa de sucessão, pois, na maioria das vezes, os negócios eram vendidos ou passados para um filho homem. Essa realidade, no entanto, está mudando (SEGABINAZI, 2013). Mesmo de forma lenta, a inserção do sexo feminino na liderança de empreendimentos do setor agropecuário está acontecendo.

Em cargos de liderança, a presença feminina já apropriou-se de 13,2%, um fato significativo para as mulheres, mas ainda há a centralização do poder masculino na área rural (BRANDÃO et al., 2018). As empreendedoras na área rural tornam-se protagonistas da nova era que está começando, como já aconteceu com os agricultores. Empresas femininas e administradas por mulheres, em um ambiente com poucos jovens, são atualmente um dos pilares das políticas do desenvolvimento rural (CHONG-GONZÁLEZ, 2016). O empreendedorismo exerce uma independência na vida das mulheres, porque, quando abrem um negócio, elas vivenciam uma conciliação da sensação de prazer com a expectativa de enfrentar novos desafios confrontados às suas necessidades pessoais e profissionais (SOUSA et al., 2016). A maior efetividade e engajamento da mulher no campo é uma tendência nos dias de hoje, mesmo com a existência de diversas barreiras que dificultam seu trabalho (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014). A mulher possui um papel decisório e/ou determinante na família e na sociedade na qual está inserida e, com isso, ela contribui para a economia e o desenvolvimento local (MAIA; GIELDA; MAIA, 2019).

A figura da mulher como empreendedora rural é importante, pois é por meio dela que perpassam, transcorrem políticas públicas capazes de valorizar as agricultoras familiares que ocupam lugares estratégicos no desenvolvimento da sustentabilidade do meio rural, na produção de alimentos e de atividades não agrícolas (TONIAL, 2013). O ambiente rural, comandado ao longo dos anos por homens, aos poucos, começa a dar espaço ao universo feminino. A mulher sempre esteve trabalhando no campo, mas sua atividade, muitas vezes, não era remunerada e nem valorizada, porque ela era vista como ajudante do homem e não como protagonista de seu empreendimento. As relações desiguais de gênero são evidenciadas na agricultura familiar, em que o trabalho do homem é marcado pela atividade produtiva e o da mulher é reprodutivo em casa (ALBUQUERQUE, 2003).

Estudos sobre a divisão do trabalho na agricultura por sexo evidenciam que as mulheres (incluindo crianças e jovens) estão em posição de subordinação aos homens e seu trabalho aparece como “ajuda”, mesmo que realizem a mesma atividade desempenhada por eles (BRUMER, 2004). Suas atividades nem sempre foram passíveis de direitos e, assim, elas não tinham sequer auxílio-maternidade, bem como direitos previdenciários e trabalhistas, auxílio-doença, aposentadoria por idade, entre outros (SALVARO; ESTEVAM; FELIPE, 2012). Na Constituição Federal de 1988, a Lei iguala os direitos e obrigações de homens e mulheres no Brasil e acrescenta direitos às mulheres na proteção do mercado de trabalho, aposentadoria urbana e rural, auxílio maternidade entre outros benefícios (BRASIL, 1988). No entanto, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do

trabalho feminino ou não-participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal (CARNEIRO, 2001).

Um ramo de atividade antes chefiado, administrado exclusivamente por homens, o setor agropecuário começa a apresentar um número crescente de mulheres, tanto como trabalhadoras, como proprietárias e, mais recentemente, como empreendedoras (MAIA; GIELDA; MAIA, 2019). Sua inserção no mercado de trabalho, além da econômica, foi arrojada por questões demográficas como: menores tamanhos de famílias, menos filhos, envelhecimento da população, maior expectativa de vida das mulheres e maior número de famílias chefiadas por mulheres (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014). A participação das mulheres no mercado de trabalho depende de sua capacidade de conciliar suas próprias expectativas e da sociedade quanto ao que se espera de uma boa mãe, com seu emprego para prover as necessidades da família (WELTER, 2020).

Atualmente, o perfil da mulher no agronegócio brasileiro impulsa valorização e crescimento nessa atividade. Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Agronegócios (ABAG), que fez um levantamento em 2017 e entrevistou 2.900 agricultores e 717 pecuaristas de 15 Estados, relatou que não foi só um ganho em produtividade e aumento de tecnologia no campo, “ele ficou mais feminino”, pois aumentou muito a participação feminina na administração das propriedades ou dividindo essa função familiar ou, ainda, sendo preparada, orientada para assumir essa função. Esse estudo apontou que entre a maioria das empreendedoras que estão em postos de lideranças, 88% têm curso superior se consideram independentes financeiramente, estão mais informadas, 55% delas acessam a internet todos os dias. Sua participação na agricultura é de 42% e as culturas mais plantadas são soja, milho e hortifrutí. Na pecuária, a participação das mulheres é de 25%; na agropecuária 20%; e, na agroindústria 13% (AGRO, 2019).

Assim sendo Astorga (2019) enfatiza que, com a sensibilidade mais intrínseca para os negócios, a mulher vem ganhando mercado e ocupando cargos estratégicos e adquirindo respeito no seu ambiente de trabalho, devido à sua capacidade de construir e gerenciar riqueza. Novos direcionamentos na carreira feminina perpassam de fatores que começaram pela luta da emancipação, maior nível de formação e independência social e econômica (SOUSA et al., 2016). A subjetividade de suas ações empreendedoras deve-se à identidade performática da mulher empreendedora que transita em um panorama localizado em diferentes cenários que mostram diferentes expressões na multiplicidade de papéis.

### 3 MÉTODOS

A pesquisa tem como sujeito a Associação das Colônias, estabelecida no município de Castro no Estado do Paraná. O foco do trabalho é analisar a economia solidária e os desafios do empreendedorismo feminino rural na Associação das Colônias.

O método de abordagem da pesquisa é dedutivo, pois de acordo com Da Silva e Menezes (2005, p. 25), “só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro” e o “raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas”. Esse método apresenta-se adequado para a realização dessa pesquisa, pois foram identificados os benefícios promovidos pela economia solidária através da participação da mulher na Associação das Colônias, gerando vantagens para autonomia feminina na agricultura familiar e enfrentado desafios; através da fabricação de produtos processados-panificação; doces; polpa de frutas; molho de tomate; verduras embaçadas à vácuo nas Cozinhas Comunitárias; e o cultivo de flores.

Quanto a construção da base teórica abordou-se os temas gênero no âmbito da economia solidária e do empreendedorismo rural feminino. A pesquisa teórica representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. Para De Luna (2007), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo. Mendes e Pessôa (2009), nessa mesma linha de pensamento, afirmam que o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto unem-se. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações.

40

### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados adquiridos foram dispostos e apresentados sugerindo uma contemplação analítica que permite explicar o comportamento, o viver e o modo de produção das mulheres empreendedoras da Associação das Colônias. O agrupamento de informações obtidas, por meio da pesquisa, proporcionou entender a realidade da agricultura familiar nessa associação; a importância do papel das mulheres para a sobrevivência e a permanência das famílias no campo.

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, denominada de Associação das Colônias; fica localizada na cidade de Castro – PR; foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses) que se evadiram devido à invasão russa em seus países de

origem, cujo núcleo fundacional ocorreu em 1920, composto basicamente, por lavradores. Esses imigrantes enfrentaram inúmeras dificuldades no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil, dentre os quais se registra a indiferença das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se, a fim de abrir lotes de dez alqueires, adquiridos e destinados a cada família, e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

A Associação das Colônias através da participação das mulheres resolveu incrementar a renda familiar empreendendo com o Projeto Cozinha Comunitária, onde elas se lançaram no mercado para que houvesse um aumento na renda familiar e para que a mulher pudesse sentir seu trabalho valorizado colocando em prática a economia solidária auxiliado pelo *e-commerce* para o ambiente empreendedor.

As mulheres que participaram dessa pesquisa trabalham em suas pequenas propriedades rurais com sua família para o fornecimento dos produtos agrícolas orgânicos (*in natura*) e processados, comercializados por intermédio da Associação das Colônias para serem entregues aos consumidores que desejam adquirir produtos orgânicos; bem como: Prefeituras, e outros estabelecimentos comerciais.

Pinheiro (2001) destaca que, geralmente, a organização de produtores está relacionada a temas como a obtenção de crédito agrícola e melhoria das condições de produção e comercialização, na resolução de problemas que ganharam espaço na medida em que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país; porém a Associação das Colônias não está focada só nessa descrição do autor.

A Associação das Colônias, atendendo a todos os requisitos legais do Associativismo, começou a entregar os produtos provenientes da agricultura familiar para pessoas que desejavam adquirir produtos livres de agrotóxico. A partir desse momento, as mulheres associadas resolveram se envolver no processo, utilizando os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para oferecer produtos processados-panificação, doces, polpa de frutas, molho de tomate, verduras embaladas à vácuo e apredenderam a cultivar flores.

Assim, surgiu a ideia do Projeto Cozinha Comunitária, visando capacitar as mulheres na produção desses produtos que seria o primeiro passo para a autonomia dessas trabalhadoras. A Associação das Colônias providenciou a documentação exigida pela vigilância sanitária e outros órgãos competentes para o financiamento e funcionamento do Projeto Cozinha Comunitária. Na categoria Panificação, os produtos deste são medidos em

quilos, assim são os seguintes produtos: bolo comum; bolo de fubá; biscoito caseiro; broa de centeio; chineque; cuca caseira; pão caseiro; pão de leite; pão de mel; pão enriquecido; pão de sementes; pão integral e macarrão caseiro; quanto as verduras, essas são embaladas à vácuo como: abóbora, mandioca, kit sopa (abobrinha, milho, cenoura, batata, entre outras); e os doces são: geleias de frutas, compotas e frutas cristalizadas; as polpa de frutas (depende da época de maior colheita de fruta, porque existe a sazonalidade no campo); molho de tomate; e o cultivo de flores que é recente.

Rossini (2002) descreve que, o trabalho feminino possibilita a participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho, é uma das mudanças sociais mais notáveis no país desde os anos 60, onde, padrões e valores relacionados ao papel social da mulher têm passado por mudanças, ou seja, reformulação de conceitos e atribuições tradicionalmente instituídos pela sociedade. O trabalho feminino permite que a mulher possa alcançar sua independência econômica (autonomia financeira), além de contribuir e complementar o orçamento familiar; e aumentar suas expectativas de consumo.

Portanto, esse relato de Rossini (2002) verificado *in loco* na Associação das Colônias, quando as mulheres narraram que contribuem de forma significativa no orçamento familiar, mesmo enfrentando desafios e preconceitos. Sendo assim, este constructo da pesquisa, contempla um aspecto importante quanto ao beneficiamento da economia solidária por intermédio do empreendedorismo rural feminino para as associadas. A economia solidária, é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. Ela diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços executado coletivamente pelos grupos populares. Essas organizações destacam-se pela propagação de valores solidários e práticas de autogestão, pela não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, pela produção ética e ambientalmente correta e pela criação de uma rede local, regional e internacional solidária.

42

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa abrange uma perspectiva bibliográfica dos temas voltados para os assuntos que englobam a discussão entre economia solidária e do empreendedorismo rural feminino, no decorrer do texto os temas foram interligados na busca da discussão sobre a ascensão da mulher no mercado de trabalho, influenciada pela economia solidária e expansão do *e-commerce* fortalecido pelo empreendedorismo rural.

Na contemporaneidade, as mulheres em muitos momentos são arrimo da família, e este instante difere-se fortemente de décadas passadas, onde a mulher possuía atividades que as limitavam somente a funções domésticas, sendo estas: cuidar do lar, crianças e marido; e neste cenário, o homem era o provedor desta família.

O desemprego, renda extra, sustento familiar, aposentadoria, desejo de alcançar seus sonhos, são alguns dos muitos motivos que na época atual que levam a mulher a dedicar-se a uma profissão, buscar o aperfeiçoamento de seus conhecimentos diante do que ela deseja trabalhar e até mesmo a troca da sua formação e profissão enfrentando inúmeros desafios no dia a dia.

Dentro dos papéis de gênero impostos socialmente, a imagem da mulher se conecta com frequência e de maneira sólida à simbologia da progenitora e dona do lar, o que, a leva, muitas vezes, a buscar no trabalho informal uma forma de se manter ativa no mercado de trabalho e de se unir com outras mulheres, como foi o caso das mulheres das Associação das Colônias através do Projeto Cozinha Comunitária. Esta união reforça positivamente o princípio da economia solidária. É na economia solidária que a mulher empreendedora encontra a construção do seu empoderamento diante da sociedade, e é regida pela autogestão, democracia, igualdade e participação; princípios estes encontrados na economia solidária, que aspira, anseia a realização do próprio negócio com a saída do emprego informal.

Portanto, a autonomia feminina por intermédio do empreendedorismo rural, não pode ser tratada como algo concedido, resultante de resoluções, como uma posição que se alcança através de alguma convenção. A autonomia emerge e se desenvolve em meio às relações de poder, vinculando-se a contradições diversas, em um processo que não insurge de um centro único, senão de práticas e relações em permanente construção. A estas palavras outras poderiam ser acrescentadas, relatos do excesso de trabalho e responsabilidades sobre mulheres, da vontade de se capacitarem para aprimorarem seu pequeno empreendimento, ou mesmo vislumbrarem outras fontes de renda.

Por fim, nesta pesquisa foi percebido que as fragilidades e os desafios destacados pelas associadas como: à falta de planejamento estratégico e do conhecimento de ferramentas básicas de gestão e economia, ainda sem autonomia para gerenciar o processo completo e desconhecimento da margem de lucro e ponto de equilíbrio, até porque o processo de mudança que cada mulher vai construindo à medida que desvela o fetiche de sua condição feminina imposta histórico-culturalmente, enfrentando os desafios, conflitos e contradições, vai fazendo emergir o seu “ser mais” como ser humano e como mulher. Este resultado não se mede e muitas vezes não se visualiza em um passe de mágica, mas precisa ser observado

como processo de luta por valorização, participação, cidadania, libertação e autonomia, como afirmam as mulheres associadas. São resultados quase invisíveis, mas que dão o sentido estratégico da importância do próprio reconhecimento como mulher independente, empoderada.

## REFERÊNCIAS

AGRO, B. Mulheres no agronegócio: panorama sobre a atuação feminina no campo Blog da Belgo Bekaert - **Agro**, 11 fev. 2019. Disponível em:

<<https://blog.belgobekaert.com.br/agro/mulheres-no-agronegocio-atuacao-feminina-no-campo/>>. Acessado em 29 julho de 2022.

ALBUQUERQUE, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ASTORGA, Paulina Soledad Santander. Mulheres empresárias: Uma Abordagem a partir da teoria da Identidade Performativa. **Revista Estudos Femininos**. v.27ed.3, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n354270>>. Epub 21 Out 2019. ISSN 1806-9584. Acessado em 29 julho de 2022.

BAGGIO, Adelar Francisco. BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. ISSN 2359-3539. Disponível em:

<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/viewFile/612/522>. Acessado em 29 julho de 2022.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**: Administração. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BRANDÃO, J. F. et al. Liderança feminina em empresas do agronegócio. **Revista Negócios em Projeto**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 158-172, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988, Senado Federal, p. 498, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 29 julho de 2022.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 12, p. 205–227. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 9, p. 22-55, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é capitalismo. Brasiliense, 2017.

CHONG-GONZÁLEZ, Elizabeth Guadalupe. El emprendedurismo femenino rural. *Entramado*, v. 12, n. 1, p. 30-36, 2016.

CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel–Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**. [S.l.], v. 12, n. 1, p. 59-77, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. In: CONAES, 2., 2010, Brasília. **Documento Final**. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2010. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria\\_II/deliberacoes\\_2\\_conferencia\\_economia\\_solidaria.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf). Acessado em 29 julho de 2022.

DE LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: Educ, 1998.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 8.ed. São Paulo: Empreende Editora, 2021.

FERREIRA, Jane Mendes; NOGUEIRA, Eloy Eros Silva. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.l.], v. 17, p. 398-417, 2013., Jul./Ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/dZJhFMBsrcLmwjq46nP9CBd/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 29 julho de 2022.

GAVRAS, D. Mulheres ganham espaço no campo e ocupam 30% dos cargos de comando. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/542776/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 29 julho de 2022.

GEM, I. **Relatório Executivo - Empreendedorismo no Brasil**. [s.l: s.n.]. Acessado em 29 julho de 2022.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina. Empreendedorismo Feminino no Brasil: Gênese e Formação de um campo de pesquisa. **REGEPE-Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 40-74, 2017.

GODOY, T. M. P. Políticas públicas para economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 02, 01 dez. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1256>. Acessado em 29 julho de 2022.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária**, [S.l.], v. 4, 2002.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado em 29 julho de 2022.

MAIA, Fabrício Simplício; GIELDA, Jaqueline Jéssica; MAIA, Tatiane Silva Tavares. Empreendedorismo Feminino na Produção Rural: um estudo no oeste Catarinense. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, [S.l.], v. 4, p. 186-231, 2019.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 43, p. 231-256, 2009. Disponível

em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100011&script=sci_arttext).  
Acessado em 29 julho de 2022.

PINHEIRO, Diógenes. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. *In.*: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **IPEA**, [s. l.], n. 24, ago. 2004. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5249/1/bmt\\_n.24\\_economiasoli.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5249/1/bmt_n.24_economiasoli.pdf). Acessado em 29 julho de 2022.

ROSSINI, R.E. **Womem, Migration, Enviroment and Rural Development Policy in Brazil**. 2002. Disponível: <http://www.fao.org/DOCREP/x0210e/x0210e00.htm>. Acessado em 29 julho de 2022.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. DE O.; FELIPE, D. F. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da capes (1987-2010). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, [S.l.], v. 3, n. 3, 11 maio 2012.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 2, 01 dez. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acessado em 29 julho de 2022.

SCHWENGBER, Â; GUIMARÃES, G. (Org.). **Diretrizes para Políticas Públicas de economia solidária: a contribuição dos gestores públicos**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004. Disponível em: [http://www.socioeco.org/bdf\\_auteur-1462\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_auteur-1462_pt.html). Acessado em 29 julho de 2022.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Manual de Atendimento Individual do Agronegócio: publicação detalha os serviços oferecidos pela unidade de atendimento setorial agronegócios do Sebrae nacional nas carteiras das cadeias produtivas**. Brasília: SEBRAE, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Gestao-e-Comercializacao-Manual-de-Atendimento-Individual-do-Agronegocio.pdf>. Acessado em 11 de agosto de 2022.

SEGABINAZI, G. G. T. **A Inserção da Mulher no Agronegócio**. 2013. p. 39.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estrela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ed – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, S. L. P. Histórico da Economia Solidária no Brasil. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015, São Carlos. **Anais [...]** São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: [http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva\\_sidlia.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf). Acessado em 29 julho de 2022.

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD\\_2361.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf). Acessado em 29 julho de 2022.

SINGER, P. A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>. Acessado em 29 julho de 2022.

SINGER, P. Economia Solidária versus Economia Capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, dez. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext). Acessado em 29 julho de 2022.

SINGER, P. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000100020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020). Acessado em 29 julho de 2022.

SOUSA, Antonia Márcia Rodrigues et al. Empreendedorismo Feminino: análise dos desafios no gerenciamento de pequenos negócios. **Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, [S.l.]**, v. 9, p. 1-16, 2016.

TONIAL, M. A. L. **A participação da mulher na agroindústria familiar na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2013.

WELTER, F. Contexts and gender – looking back and thinking forward. **International Journal of Gender and Entrepreneurship, [S.l.]**, v. 12, n. 1, p. 27–38, 1 jan. 2020.